

## Lira prestará esclarecimentos a Dino sobre emendas

**Poderes** Lula reuniu-se com o presidente da Câmara para intermediar solução para o impasse

# Lira levará a Dino esclarecimentos sobre ofício que pede liberação de emendas

Marcelo Ribeiro e Renan Truffi  
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse na quinta-feira (26) que apresentará nesta sexta-feira ao ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), esclarecimentos sobre emendas parlamentares bloqueadas pelo magistrado. A declaração foi dada após Lira se reunir com líderes e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em meio à tensão sobre o destino das verbas indicadas por congressistas.

"Petitionaremos ainda na manhã de amanhã [sexta-feira] ao ministro relator esclarecendo todos os pontos da decisão dele para que tire todas as dúvidas com relação a todos os assuntos por todos levantados", disse Lira, em pronunciamento.

No início da semana, Dino, que é relator de uma série de ações no Supremo que pedem mais transparência nos repasses de recursos definidos por parlamentares, determinou a suspensão do pagamento de cerca de R\$ 4,2 bilhões em emendas de comissão.

A execução desse montante havia sido solicitada ao governo por meio de um ofício da Câmara encaminhado ao Executivo. Dino apontou, no entanto, irregularidades como o fato de que os repasses não foram chancelados pelas respectivas comissões, que estavam suspensas. A pedido do ministro, a Polícia Federal (PF) abriu inquérito para investigar o episódio.

No pronunciamento, Lira afirmou que todo o processo foi feito em cumprimento à decisão anterior do STF, que definiu regras para aumentar a transparência e rastreabilidade de emendas após

meses de negociações entre Executivo e Legislativo. O parlamentar destacou ainda que os atos estão de acordo com a Lei Complementar 210/2024, que oficializou os termos do acordo. Críticos, no entanto, apontam que o texto mantém brechas que comprometem a transparência.

Antes do pronunciamento, Lira se encontrou com Lula no Palácio da Alvorada. O encontro ocorreu depois que o petista foi informado de que o deputado havia convocado líderes partidários para discutir uma resposta à suspensão das emendas pela Corte.

O presidente da Câmara foi ao encontro de Lula acompanhado do líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE). O Valor apurou que a iniciativa de sugerir uma reunião partiu do próprio presidente da República, que teria entendido que essa volta de Lira para Brasília, seguida da convocação de uma reunião de líderes de última hora, representaria uma piora do ambiente político entre os Poderes. Por isso, teria decidido intervir para tentar acalmar os ânimos.

Segundo fontes, o governo deve entrar em campo nesta sexta e defender a retomada dos repasses, sob o argumento de que a liberação seguirá as regras de transparência e respeitaria os acordos feitos pelos Poderes.

Líderes do Centão ouvidos pelo Valor avaliam que a dobradinha entre Executivo e Legislativo nessa ofensiva pode fazer com que Dino reveja sua decisão e determine a execução das emendas bloqueadas. Seria o primeiro passo para um eventual arrefecimento da crise entre os Poderes.

Mais cedo, no entanto, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha (PT-SP), disse que a Advocacia-Geral da União (AGU) não recorrerá da decisão do magistrado.



Lira: presidente da Câmara foi ao encontro de Lula acompanhado do líder do governo, deputado José Guimarães

"Vamos cumprir [a decisão do STF], né. Decisão do Supremo tem que se cumprir. A AGU fez uma avaliação detalhada [da decisão] e não apontou necessidade de recurso, então vai se cumprir", disse Padilha. O ministro falou sobre o assunto ao conceder entrevista para a TV Fórum.

As sinalizações do Executivo no impasse são importantes para os desdobramentos da crise. Nos bastidores, alguns integrantes do Centão acusam Dino de derrubar as emendas numa jogada combinada com o Palácio do Planalto, tese que os integrantes da articulação política do governo negam.

Num aceno aos parlamentares, o próprio Padilha defendeu que houve "avanços" no debate sobre as emendas desde que o assunto começou a ser analisado pela Corte. Ele reconheceu que, por outro lado, a solução encontrada pelos parlamentares pode ser não "a ideal" aos olhos do STF.

"Talvez não seja ideal, porque também o Supremo tem aquilo que vê como ideal, o Congresso aquilo que vê como ideal, o governo aquilo que vê como ideal. As vezes, se ficar só no ideal de cada um, você não consegue avançar em nada", argumentou.

Em outra entrevista ontem, Padilha tentou demonstrar otimismo

res, o próprio Padilha defendeu que houve "avanços" no debate sobre as emendas desde que o assunto começou a ser analisado pela Corte. Ele reconheceu que, por outro lado, a solução encontrada pelos parlamentares pode ser não "a ideal" aos olhos do STF.

"Talvez não seja ideal, porque também o Supremo tem aquilo que vê como ideal, o Congresso aquilo que vê como ideal, o governo aquilo que vê como ideal. As vezes, se ficar só no ideal de cada um, você não consegue avançar em nada", argumentou.

Em outra entrevista ontem, Padilha tentou demonstrar otimismo

e minimizou quaisquer chances de a troca de farpas sobre emendas acabar atrapalhando a votação de projetos prioritários do governo. Um exemplo é o Orçamento de 2025, que está pendente de análise no Parlamento.

De acordo com o ministro da SRI, a gestão federal espera aprovar a peça orçamentária em "fevereiro ou março" do ano que vem, logo após o retorno dos trabalhos parlamentares.

"A expectativa é que no retorno do Congresso, em fevereiro ou março, a gente possa concluir a votação [do Orçamento]", disse Padilha à rede CNN.

Inicialmente, o Orçamento do ano que vem estava previsto para ser apreciado neste mês, mas a discussão em torno do pacote fiscal atrapalhou a análise do projeto. Com isso, a ideia do governo é voltar a dar prioridade para esse tema após o recesso parlamentar, em fevereiro de 2025.

Os planos da gestão petista, porém, podem esbarrar mais uma vez no mau-humor do grupo político de Lira. A razão é que o Orçamento é uma das pautas que podem ser afetadas pela disputa entre Legislativo e Judiciário em relação às emendas.

Esse temor é admitido por interlocutores da cúpula do governo em condição de anonimato. O Valor apurou inclusive que, diante da necessidade do governo de prestar atenção ao Orçamento o quanto antes, a articulação política de Lula já reservou uma parte dos recursos orçamentários para desembolsar novas emendas aos deputados da Comissão Mista de Orçamento (CMO), colegiado que tem essa atribuição.

Ainda assim, dizem interlocutores, a decisão de do STF pode atrapalhar toda essa estratégia governista.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Pagina: 8